

A FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO DESIGUAL: UMA BREVE HISTÓRIA DE CAMPINAS (1774-1930)

COELHO, Rodrigo Pereyra de Sousa
Unicamp, Faculdade Santa Lúcia
rp_coelho2000@yahoo.com.br

RESUMO

Este texto busca entender a formação do território do município de Campinas, buscando na história destacar os aspectos mais relevantes da sua constituição. Na transição de uma simples área de fluxo de riquezas à sua consagração como a capital do café na Província de São Paulo, o município de Campinas foi um porto para diversos grupos migrantes, que chegavam por diferentes vias e acabaram por moldar a configuração territorial da cidade. Por trás dos movimentos de atração, expulsão e mudança pode-se notar as forças de acumulação do capital, nas formas mercantil, industrial, imobiliário, entre outros. O Estado, por sua vez, trabalha para facilitar esta acumulação, deixando de lado qualquer pretensão de diminuição da desigualdade social.

PALAVRAS-CHAVE: *Região metropolitana de Campinas; território; complexo cafeeiro; migração.*

INTRODUÇÃO

A análise de um Território é uma tarefa complexa, seja pelas possibilidades das áreas do saber envolvidas (geografia, economia, história, sociologia, etc), seja pela permanente evolução do conceito. Ainda no século XIX, o território se confunde com o conceito de *habitat* ou paisagem – relevo, vegetação, acidentes geográficos. Esta noção traz implícita a ideia de permanência, entendida como imutabilidade, já que os aspectos físicos da geografia são de lenta e difícil mudança. Também é um conceito que não é

atrelado à ação humana. Estes limites são os pontos mais questionados na visão clássica da geografia e, ao longo do século XX, o conceito de território vai se ampliando. Numa construção teórica coletiva, o território ganha em dinâmica (a partir das discussões de fluxos de Jean Gottmann) e incorpora como imprescindível a ação humana. O território passa a ser visto como o espaço de disputa de diversas formas de poder, tanto de uma forma mais objetiva quanto na dimensão simbólica que envolve a cultura e a tradição (SAQUET, 2007).

A partir do olhar de quem realiza a análise, estrutura-se o objeto a ser estudado. Por isso, Koga (2002) enfatiza a necessidade de um olhar que busque as possibilidades cidadãs no cotidiano vivido dos moradores. Num desdobramento mais recente de suas reflexões, a autora busca formas de incorporar as técnicas de pesquisa qualitativa de história de vida e análise de trajetórias na caracterização de território, o que indica um olhar que coloca o cidadão no centro da análise (RAMOS; KOGA, 2011).

Por conta disto, a análise de um território para a definição de uma intervenção de trabalho social precisa levar em conta diversos aspectos. De maneira resumida, no território convivem dialeticamente a economia, a política e a cultura; rede, controle do espaço e relações de poder; diversidade e unidade. A partir da forma como optamos por enquadrar este território, já priorizamos algumas destas variáveis e damos menos importância a outras.

Este artigo procura refazer a trajetória do Município de Campinas desde suas origens até o ano de 1930, que marca a crise de um modelo de acumulação capitalista agro-exportador e prepara as bases para uma nova etapa. Nosso objetivo é procurar entender como uma região que concentra tantas riquezas e que se desenvolve economicamente pode, ao mesmo tempo, ser um espaço de concentração de pobreza.

2. AS ORIGENS: DA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA À PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

As origens de Campinas remontam a um pouso de bandeirantes que, no século XVIII, seguiam no Caminho das Minas dos Goyazes – aberto por Fernão Dias “em uma de suas diversas investidas pelo sertão, para descobrir metais e pedras preciosas” (BRUNO; ZIGGIATTI; PIMENTA, 2007, p. 31). O Caminho tinha origem em São Paulo, passava por Jundiá, Campinas, Mogi-Mirim, Casa Branca, Franca. Daí entrava pelo Triângulo Mineiro rumo a Goiás. Tratava-se, portanto, de uma região de passagem de riquezas, que começou a atrair cada vez mais moradores. Além de uma agricultura de

subsistência, o comércio voltado para os tropeiros e bandeirantes era uma atividade muito disseminada ao longo do Caminho.

Em 1774, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá – que à época correspondia a grande parte da área da atual Região Metropolitana de Campinas (RMC) – é emancipada do município de Jundiá¹. Neste ano, segundo as Listas Nominativas de Habitantes de Campinas, havia 475 habitantes distribuídos por 57 domicílios. Destes, 81,7% era composto de população livre ou de agregados. Os escravos consistiam em apenas 18,3% da população (TEIXEIRA, 2002). Ainda sobre as características desta população, o autor escreveu:

Assim, o que notamos desde o princípio da ocupação de Campinas, quando a mesma ainda era um bairro rural de Jundiá, foi a forte presença de casais, caracterizadas por domicílios nucleares, isto é, aqueles composto pelo casal, ou o casal com filhos. A vida em um meio eminentemente rural parece ter dificultado a sobrevivência de pessoas que residiam sozinhas no bairro do Mato Groço; por isso, em 1774 havia apenas uma pessoa nesta condição (TEIXEIRA, 2002, p.866).

Na segunda metade do século XVIII, há um crescimento da produção açucareira na capitania de São Paulo e Minas em função de dois principais aspectos. No âmbito do mercado mundial de açúcar, as guerras da independência das colônias americanas (1776-1782) e a da independência de São Domingos (1791-1804) desorganizaram este mercado e elevaram o preço deste produto por anos, estimulando a produção voltada para a exportação. Já no âmbito do Oeste paulista, esta produção foi viabilizada pela construção de “pequenos engenhos, chamados ‘engenhocas’, capazes de ser movimentados por poucos escravos e equipamentos simplificados, definindo, assim, um quadro de produção totalmente oposto aos grandes empreendimentos rivais (nordestinos e fluminense)” (COSTA SANTOS, 2002, p. 33).

A grande disponibilidade de terra fértil disponível e o baixo investimento necessário acabaram por dinamizar a economia do Oeste paulista e por promover uma grande migração que levou a um forte crescimento populacional. Entre 1778 e 1798 o crescimento demográfico médio anual foi de 8,9%. O período seguinte, entre 1798 e 1829, apresentou crescimento médio

¹ A emancipação ocorreu no bojo de uma estratégia para assegurar a fronteira da capitania de São Paulo e Minas e os domínios do Caminho das Minas de Goiazes. A estratégia consistiu em criar um arco de cinco vilas e freguesias que garantissem a ocupação e defesa do território (COSTA SANTOS, 2002).

de 4,1% a.a. da população. Neste movimento, o perfil da região mudou, deixando de ser uma sociedade rural de autoconsumo para ser uma região de agricultura voltada para comercialização. Com isso, a população escrava tornou-se preponderante, correspondendo a 56,2% do total da população de 1829 – os demais se dividiam em 38,4% de homens livres e 4,6% de agregados. Além dos escravos, aumentou o número de migrantes que foram construir a vida na região. Apesar de haver registros de pessoas oriundas de diversos municípios brasileiros e europeus, o peso maior era de migrantes vindos de cidades próximas, como Atibaia, Itú, Jundiá, Nazaré, Bragança, Mogi-Mirim e São Paulo. Estas famílias migrantes se organizavam de modo a financiar e assistir a vinda de outros parentes ou conterrâneos. Com isso, era visível a origem familiar comum de moradores de um mesmo bairro (TEIXEIRA, 2002, *passim*).

Durante este período, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá tornou-se, em 1797, a Vila de São Carlos; e em 1842, o nome de origem da região foi resgatado, na elevação da vila à Cidade de Campinas (COELHO, 2013).

3. CAFÉ, RIQUEZA, POBREZA, MIGRAÇÃO E ESCRAVIDÃO – A DESIGUALDADE OSTENSIVA

Pouco tempo depois, uma nova mudança na economia da região é observada, com o *boom* da economia cafeeira. Nas palavras de Furtado:

O café, se bem que fora introduzido no Brasil desde começos do século XVIII e se cultivasse por todas as partes para fins de consumo local, assume importância comercial no fim deste século, quando ocorre a alta de preços causada pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti. No primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações (FURTADO, 2000, p. 63).

A região de Campinas constituiu-se como a zona central de produção cafeeira na Província de São Paulo. O café gerou um complexo cafeeiro composto por atividades relacionadas à produção e exportação do produto. Além da atividade produtora de café, propriamente dita, o complexo cafeeiro compreendia: agricultura produtora de alimentos (para a população livre

e para os escravos) e de matéria prima, atividades industriais (nas áreas de beneficiamento de café, sacaria para embalagem do produto e demais compartimentos da indústria manufatureira, onde se destaca o setor têxtil), um extenso sistema ferroviário, sistema bancário, atividades de comércio de exportação e importação, desenvolvimento de atividades de infra-estrutura e ligadas à urbanização e, por fim, a atividade do Estado seja no âmbito federal ou estadual (CANO, 1981)².

Como se pode ver, algumas destas atividades impactaram fortemente a área rural de Campinas, enquanto outras tinham um caráter mais urbano. Dentre todos estes componentes, dois serão destacados aqui: a atividade industrial e o sistema ferroviário.

Com relação às estradas de ferro, o escoamento do café do interior paulista passou a se dar pela via ferroviária a partir da década de 70 do século XIX. O prolongamento da linha da São Paulo *Railway* de Jundiaí a Campinas (1872), acabou por ligar a região à cidade de Santos (e ao porto). Com isso, outras linhas que avançaram na interiorização do escoamento da cafeicultura fizeram de Campinas o seu ponto de referência. Assim aconteceu com as linhas da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, que seguia de Campinas para Mogi-Mirim (1875), continuando para Ribeirão Preto (1883) e entrando no Triângulo Mineiro – num traçado semelhante ao do Caminho das Minas, dos Goyazes; também com a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, que saía de Campinas, via Americana, Bauru e Marília rumo ao Mato Grosso. Esta ampla malha de transporte de passageiros e cargas conectou a Região de Campinas com outras áreas produtoras da riqueza nacional (ABPF, 2014).

A expansão da cultura cafeeira deu um novo alento ao crescimento populacional. O número de escravos cresceu bastante; a migração internacional passou a ser estimulada ainda antes da abolição da escravatura; e a migração nacional ganhou destaque após a década de 20. Para se ter uma ideia do impacto deste fluxo populacional basta saber que, em 1872, Campinas abrigava 8,7% da população escrava³ e 10,7% da população estrangeira⁴ da Província de São Paulo (SIQUEIRA, 2009).

Este crescimento populacional teve por principal destino os

² Ver especialmente o capítulo I.

³ O município de São Paulo respondia, no mesmo ano, por 2,8% da população escrava. O segundo município com maior proporção de população escrava na Província era Piracicaba, com 3,5% do total. Os dados são de Bassanezi (1998) citado por Siqueira (2009).

⁴ O município de São Paulo era o segundo da Província em proporção de população estrangeira, respondendo por 8,8% do total. Ver Siqueira (2009).

latifúndios produtores de café, mas não apenas. No caso dos estrangeiros, após o cumprimento de um período de trabalho para o pagamento de sua viagem de imigração, muitos rumam à cidade para se estabelecer de forma autônoma ou como operários. Alguns imigrantes procuraram regiões onde predominam pequenas e médias propriedades – provavelmente devido a um valor de compra mais baixo. Com isso, a região mais à sudeste (Valinhos, Vinhedo, Itatiba), marcada por terrenos irregulares e ruins para a agricultura extensiva, tendeu a abrigar grande número de imigrantes italianos que se voltaram para a produção de frutas⁵ (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 2007).

Diz Siqueira (2009, p. 241) que as áreas da região sul da RMC “[...] tornaram-se mais acessíveis tanto para o estabelecimento particular dos italianos, como para a aquisição pelo poder público de terras para posterior estabelecimento de núcleos de colonização oficiais”. Entre os núcleos de colonização oficiais, destacam-se o núcleo de Nova Odessa (em 1905), formado por imigrantes russos; o núcleo de Nova Veneza (1910), com grande presença de italianos e russos; o núcleo Campos Sales, voltado para colonos suíços; e o Helvetia, que também uniu imigrantes suíços, neste caso em Indaiatuba – sendo este um núcleo de colonização não-oficial (SIQUEIRA, 2009).

Outra forma de dispersão da população em núcleos distantes da área urbana de Campinas foi decorrência da expansão das ferrovias. Os trilhos atravessavam grandes fazendas e, muitas vezes, os fazendeiros aproveitavam a instalação de uma estação de trem para lotear parte da propriedade e ganhar com especulação imobiliária. O primeiro passo era ceder um terreno para a Igreja, que uma vez instalada propiciava possibilidade de registros civis de casamentos, nascimentos e enterros. A igreja facilitava, pois, a aglomeração de trabalhadores, abrindo caminho para a constituição de vilarejos. Foi esta estratégia que deu origem à Vila Bueno⁶, posteriormente elevada a Distrito

⁵ A área compreendida pela RMC assenta-se sobre dois compartimentos geomorfológicos: o Planalto Atlântico (principalmente no sudeste da região), caracterizado por uma topografia mais acidentada, e a Depressão Periférica, que se caracteriza por um relevo suavizado com declividades favoráveis à urbanização e à agricultura extensiva e/ou mecanizadas. A área de Planalto Atlântico foi a que atraiu os pequenos agricultores (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 2007).

⁶ “Na década de 1880, impulsionado pela prosperidade da agricultura cafeeira da região e pela presença da ferrovia, um fazendeiro – o coronel Amâncio Bueno – resolve lotear uma de suas quatro fazendas (Fazenda Florianópolis), construindo inicialmente 11 casas, doando um terreno central para erguer uma igreja (atual Matriz de Santa Maria, localizada hoje no centro de Jaguariúna) e estabelecendo um reticulado de ruas orientado pela estação ferroviária” (BRUNO; ZIGGIATTI; PIMENTA, 2007, p. 100). Vale destacar que esta prática não era restrita à cidade de Campinas. A Vila Bueno era integrante da cidade de Mogi-Mirim.

de Jaguari e a Município de Jaguariúna; e os municípios de Americana⁷ e Pedreira⁸. (COELHO, 2013).

Ou seja, a expansão ferroviária integrou áreas rurais mais distantes à dinâmica do complexo cafeeiro, ajudando, para além do lucro derivado da lavoura, na valorização do capital imobiliário. Estes agrupamentos cresceram em termos populacionais e, por vezes, ganharam uma população com características étnicas e culturais muito próprias – em outras palavras, ganharam uma dinâmica própria (SIQUEIRA, 2009). Acentua-se a diferenciação territorial da zona rural de Campinas, com o crescimento de áreas que passam a disputar recursos com os distritos sede do município. As consequências deste processo são apontadas por Siqueira:

Em função disso, o processo de diferenciação político-territorial desse período resultou num tipo onde é desequilibrado o poder político entre o distrito-sede e os distritos secundários de Rebouças, Cosmópolis e Vila Americana. Esse poder político desigual entre essas diferentes espacialidades vai se manter nas décadas seguintes – o qual foi traduzido pela intervenção diferenciada do poder público em melhoramentos urbanos, que tendeu a se concentrar nos Distritos da Conceição e Santa Cruz, em detrimento dos demais distritos existentes no município. (SIQUEIRA, 2009, p. 255)

As diferenciações territoriais, obviamente, não poderiam ser desprezadas por tempo indeterminado. Em 1924, a Vila Americana se torna independente de Campinas, constituindo uma nova cidade e sendo pioneira no processo de desmembramento territorial do município que se acentua entre 1930 e 1965 (CARDOSO, 2004).

Se na área rural o fortalecimento de novas centralidades gerou uma

⁷ “Ainda em 1875, é inaugurado um ramal da ferrovia, instalada pela Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais, que ligaria a Vila de São Carlos (hoje Campinas) a Rio Claro. Neste percurso, além de outras, foi construída a estação Santa Bárbara, localizada em terras da Fazenda Machadinho, no município de Santa Bárbara. A vinda de trabalhadores para estas obras originou a formação de um povoado, que se expandiu com a chegada e instalação dos imigrantes sulistas norte-americanos, iniciada em 1886, derivando daí a denominação dada ao povoado de Vila dos Americanos ou Vila Americana” (CARDOSO, 2004, p.123-4).

⁸ “Nos anos de 1.887, o coronel João Pedro de Godoy Moreira possuía a denominada ‘Fazenda Grande’, que integrava o Município de Amparo. Naquele mesmo ano adquiriu ele, de José Pedro Arruda, um sítio cafeeiro, que fazia parte da Fazenda Santa Ana. O local era servido por um ramal ferroviário da então Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. (...) Resolvendo ele lotear parte de suas propriedades, com o que propiciou o surgimento de um povoado, o local, em vista dos Pedros, passou a ser conhecido como Terra dos Pedros, bairro do Pedros, depois, por derivativo, bairro dos Pedreiras, e por fim Pedreira” (ECOVIAGEM TURISMO, 2014).

disputa por espaço político com a região central da cidade, a incipiente industrialização começou a deixar marcas na distribuição geográfica da população. A atividade industrial na região se iniciou como decorrência da expansão da rentabilidade da exportação cafeeira. Os lucros dos cafeicultores foram reinvestidos na indústria, atraídos pelas possibilidades de rentabilidade de atividades ligadas ao beneficiamento do café ou a outro componente do complexo cafeeiro (financiamento indireto de atividades industriais pela via bancária, por exemplo). O crescimento da vida urbana também ajudou, criando demanda para produtos de consumo não duráveis que, até então, precisavam ser importados e fomentando o capital imobiliário como alternativa rentável de aplicação dos lucros da lavoura⁹ (CANO, 1981).

Antes de descrever as relações entre vida urbana, cafeicultura e industrialização, cabe ressaltar que ao falarmos da área urbana de Campinas em 1878 estamos falando de uma área de cerca de 2 km²; em 1900 a área urbana era inferior a 7 km² - a título de comparação, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2014, a área urbana do município é de 283,3 km². Foi neste exíguo espaço que se condensou uma gama de relações sociais nascidas no complexo mercantil-escravocrata do café, e que estavam começando a se transformar por conta das mudanças no modo de produção para um contexto de industrialização (MARTINS, 2000).

Os pobres, contingente que incluía ex-escravos, imigrantes pobres e mendigos, se espalhavam por cortiços. As condições insalubres destas moradias foram apontadas como causadoras das epidemias de Varíola (a “peste das bexigas”, em 1873) e de Febre Amarela (foram duas, uma em 1889 e outra em 1897), que feriram o orgulho da elite da cidade. Antes do fim da escravidão, o bairro do Cambuhy acolhia a população marginalizada – os cortiços onde moravam ex-escravos, prostitutas e mendigos abundavam na área. Talvez como estratégia de intimidação, no mesmo bairro funcionava o pelourinho e a força. Também Hospedaria do Imigrante, que recebia os estrangeiros pobres enquanto estes esperavam oportunidades de trabalho, se localizava no Largo de Santa Cruz, no referido bairro. Além disto, por ser área de passagem para tropeiros que seguiam o caminho das minas de Goiás, havia depósitos, casas de comércio e outros serviços para os viajantes (CARVALHO, 1991, grifos nossos).

Segundo José Roberto do Amaral Lapa, a “caridade pública” era

⁹ O tema do surgimento da indústria na região é desenvolvido nos trabalhos de Cano (1981) e Aureliano (1999), dentre outros.

exercida desde meados do século XIX em favor da pobreza envergonhada (cidadãos “de bem” que tinham perdido sua capacidade de auto-sustento), dos migrantes-trecheiros (viajantes que chegavam à cidade em busca de um abrigo para, algum tempo depois, seguir rumo a outra), de mendigos (estes tolerados, mas com forte vigilância para evitar a “falsa mendicância”), dos imigrantes estrangeiros (enquanto estes não conseguiam um contrato de trabalho) e o homem pobre livre, descrito por Lapa como aquele que “(...) trabalha, mantendo-se e aos seus, com parcimônia. Não lhe sobra para aforro.” (LAPA, 2008, p. 31, grifos nossos)¹⁰.

Conforme já vimos, desde 1829 a população escrava ultrapassou mais da metade da população da região e em 1872 a região era a que abrigava maior contingente de escravos na Província. Obviamente, este contingente encontrava-se em uma situação degradante de tal intensidade que os conceitos de vulnerabilidade e exclusão não são capazes de traduzir. Com a abolição de 1888, todo um contingente de ex-escravos libertos se junta ao grupo dos pobres e dos dependentes da caridade pública (TEIXEIRA, 2002).

Porém, chama atenção que estas situações degradantes conviviam no mesmo espaço com um estilo de vida das famílias ricas que emulava uma *Belle Époque* caipira. Como bem sintetizou um cronista da cidade, “a Campinas do café tinha um pé na Europa, mas nas ruas da cidade o passado então ainda recente da escravidão deixava suas marcas” (MARTINS, 2000, p. 10). A elite circulava pela rua Barão de Jaguara, onde tinha seus livros impressos na Casa do Livro Azul ou na Casa Mascotte; os discos eram encomendados na Casa Edison ou na Casa Neubern, a revistaria Salão Mousinho era ponto de encontro obrigatório, assim como a Brasserie Campineira, o Café Guarani, o Café Americano e a Charutaria Santo Onofre. O vestuário elegante era garantido na Casa de Lucca (masculino) e no Ao Espartilho Luis XV e Casa Americana (ambas de moda feminina). Os bairros da Guanabara e do Botafogo – nomes que remetem à capital brasileira na época – era a moradia de parte desta elite, que também se espalhavam por chácaras e fazendas que circundavam o perímetro urbano da cidade (MARTINS, 2000)

Na Vila Industrial, atrás da Estação de trem da Cia. Paulista, moravam os ferroviários, então maior contingente operário da cidade. Apartada da cidade pela linha do trem e escondida pelo prédio da estação, a Vila Industrial também abrigava um Cortume e o principal Matadouro da cidade, o que lhe valia o apelido de Bairro dos Bucheiros. O fato de ser uma área limítrofe

¹⁰ Para uma descrição das políticas de caridade da época, consultar Lapa (2008) e Souza (2005).

da cidade (atrás da linha férrea) e povoada por moradores majoritariamente trabalhadores tornou esta região preferencial para receber alguns serviços de assistência social que, dentro da lógica do período, combinavam o controle social dos pobres com caridade e filantropia. Na Vila Industrial ou nas suas adjacências foram criados os serviços de acolhimento temporário de adultos em situação de rua (em 1904, no Albergue Noturno de Campinas), de acolhimento de idosos (em 1905, no Asilo de Inválidos, atual Lar dos Velhinhos de Campinas), de acolhimento de famílias carentes, especialmente viúvas com filhos pequenos (em 1907, no Asilo São Vicente de Paulo) e de acolhimento de doentes (desde 1863, com o Asilo de Leprosos). Também o cemitério municipal (o Cemitério da Saudade) se localizava próximo à Vila Industrial (COELHO, 2013).

A convivência entre pobres, elite, marginalizados e operários neste pequeno espaço de 7 km² que constituía a área urbana de Campinas ocorreu em um momento de transição. No último quarto do século XIX o apogeu da cafeicultura do Oeste Paulista começa a passar, e outras formas de capital ganharam maior importância. O capital industrial e ferroviário já foram mencionados neste texto. Mas há a constituição de empresas de prestação de serviços públicas privadas, onde o sucesso depende mais das articulações para conseguir bons incentivos e contratos de concessão do poder público do que das livres forças do mercado. A expansão destas empresas privadas na virada do século foi rápida (CARVALHO, 1991). Diz o autor:

Muitos equipamentos foram implantados antes mesmo da chegada da ferrovia, e a maioria depois: uma empresa de diligência; o bonde de tração animal, que foi implantado em 1879 e era chamado também de “bonde de burro”; o telégrafo e o serviço postal, introduzidos juntamente com as ferrovias (1872 e 1875); a iluminação a gás, que foi inaugurada em 1879; a Santa Casa de Misericórdia, que entrou em funcionamento em 1876; a Casa de Saúde (então Circolo Italiani Uniti), em 1884; a Sociedade Portuguesa de Beneficência (1873), cujo hospital entra em funcionamento em 1879; o “Lyceu de Artes e Ofícios” de Nossa Senhora Auxiliadora, para os órfãos pobres, inaugurado em 1879; a escola Correa de Mello, que iniciou suas atividades em 1881. Além disso, a água encanada chega a diversos chafarizes públicos em 1875 e a Companhia Campineira de Águas e Esgotos foi fundada em 1887, com planos de levar água tratada a cada prédio (água tratada que só chegou para consumo em 1891). Escolas importantes entram em funcionamento neste período: a Escola Alemã (1871), o Colégio Internacional (1872), o Colégio Culto à Ciência (1874). (CARVALHO, 1991, p. 29, grifos nossos).

Após a década de 1930, o Poder Público passa a estimular o capital imobiliário, com as autorizações de construção de grandes loteamentos distantes do centro da cidade (Proença, Jardim Chapadão, Taquaral) com longa isenção de impostos para estes negócios. O *boom* da especulação imobiliária, entretanto, ocorre no período posterior ao abordado neste artigo e por isso não o descreveremos. Mas, entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as mudanças urbanas foram marcadas pela memória das pestes de varíola, de febre amarela e da gripe espanhola (esta última acometeu em Campinas entre 1918 e 1919). Tais lembranças levaram à proposição de medidas voltadas para a erradicação de locais insalubres. Neste movimento, aparecem os planos para abastecimento e distribuição de água tratada, de melhoria da coleta de lixo, canalização de córregos (CARVALHO, 1991). Um código de posturas foi criado com o objetivo de disciplinar o uso do espaço. Apesar do discurso higienista de combate a doenças – bem comum entre médicos, advogados e engenheiros brasileiros na época (FONSECA, 2001) – não se pode desconsiderar o impacto destas ações na valorização do capital imobiliário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Grande Depressão de 1929 teve o impacto de explicitar o processo de superacumulação que a economia cafeeira tinha desenvolvido. A crise marca a mudança na dinâmica econômica nacional, com a industrialização assumindo a responsabilidade pela acumulação que antes cabia ao setor cafeeiro. Segundo Cardoso de Mello (1998), esta mudança tem um ponto de inflexão em 1933, quando o país entra na fase de industrialização restringida.

A nova dinâmica econômica inaugurada pós 1929 teve impactos no município de Campinas. O Plano de Melhoramentos Urbanos (também conhecido como Plano Prestes Maia) traduziu estes impactos em ampliação e transformação do espaço urbano. Segundo Rodrigues (2011), entre a década de 1930 e de 1960, o Plano Prestes Maia orientou esta ampliação e transformação sob o comando dos capitais industrial, imobiliário e de transporte. A segregação espacial da população, a forte especulação imobiliária, o desenho funcional do território para aprimorar a acumulação industrial, entre outros aspectos, são marcas deste período. A crise urbana experimentada por Campinas após os anos 1980 é fruto deste modelo que, como frisa Rodrigues (2011, p. 142), “[...] não é exatamente produto da falta de planejamento urbano, mas sim consequência de um modelo de

planejamento altamente segregador [...]”. Pensando além do perímetro urbano, nos anos 1930-60 houve o desmembramento da cidade, com a emancipação do Distrito Campos Sales (que em 1934 deu origem à cidade de Cosmópolis), Distrito de Rebouças (que originou Sumaré em 1953, do qual Hortolândia se emancipou em 1991), Valinhos (1954) e Paulínia (1964) (COELHO, 2013).

Se ao longo do século XX houve grandes transformações no território campineiro, todas estas mudanças são tributárias de sua rica história, especialmente de alguns vetores que espero ter destacado neste artigo. Um primeiro vetor determinante da configuração deste território são suas características geográficas. Neste sentido, o fato de haver um solo muito fértil foi decisivo para sua importância econômica, primeiro com o açúcar e depois com o café. Da mesma forma, uma parte da região estar assentada em um relevo mais acidentado, ruim para plantios extensivos, permitiu que houvesse uma diversidade na produção agrícola (principalmente a produção de frutas em Valinhos, Vinhedo e Itatiba) e na ocupação destes territórios (que acabou sendo o destino de muitos imigrantes).

Mas, a Campinas não é apenas uma decorrência de suas características geográficas. A sua articulação com outras regiões produtivas também foi muito importante para dar a este território uma grande centralidade econômica. Esta articulação estava presente no início de sua história como passagem para os bandeirantes que seguiam para Minas Gerais e Goiás. Continuou por meio das estradas de ferro que integraram a região a todo estado de São Paulo e ao sul de Minas Gerais, e num momento posterior pela constituição de uma malha viária que distribui o fluxo rodoviário que sai da capital para boa parte do interior (via rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Santos Dummont, entre outras). Por fim, a existência do Aeroporto de Viracopos atualmente conecta a produção campineira ao mundo.

Se Campinas se constituiu e se manteve como um território de circulação de mercadorias, também foi palco para a circulação de pessoas. Grandes fluxos migratórios são recorrentes na sua história. Inicialmente, a migração próxima, de municípios vizinhos. Num segundo momento, o crescimento da cafeicultura trouxe a migração forçada de africanos transformados em escravos. Com a passagem a uma economia mercantil de trabalhadores assalariados, fluxos migratórios europeus se somaram à migração nacional interna. Estes trabalhadores tinham por objetivo inicialmente o trabalho nas fazendas de café, mas foram “migrando” para o trabalho na indústria na medida em que o capital também realizava tal movimento (grifos nossos).

Por fim, há o fato de que mesmo com o acentuado desenvolvimento econômico observado ao longo da sua história, Campinas chega ao final da primeira década do século XXI com 10,6% da sua população em situação de pobreza – ou seja, com uma renda per capita inferior a R\$ 120,00¹¹. Este fato chama atenção para a relação entre avanço do capitalismo e da desigualdade. É sabido que o desenvolvimento capitalista tem por características a busca principal pela valorização do capital, por meio da concentração do capital e pela desvalorização do trabalho (MARX, 1996). Este fato pode contrariar um senso comum de que nos territórios mais ricos haveria mais riqueza para ser distribuída pela população, logo haveria mais recursos de uma forma geral.

O problema é que a apropriação destes recursos é extremamente desigual, variando de acordo com as capacidades individuais e de classe construídas ao longo do tempo. Como afirma Antunes (2011, p. 198), “o ponto de partida e o capital social têm um papel fundamental no surgimento e na manutenção da desigualdade social, posto que o acesso a posições melhores no espaço social é restrito às pessoas de melhor extração social e que tem conexões, que conhecem as pessoas certas”. Partindo desta perspectiva, fica claro que o ponto de partida de um escravo foi diferente do ponto de partida de um imigrante. Da mesma forma, o fazendeiro e seus descendentes têm um ponto de partida e um capital social muito mais favorável do que os demais atores sociais que estiveram na origem do município. Em termos de desigualdade social, este foi o grande pecado original, nunca efetivamente combatido por um poder público que se empenhou apenas em facilitar a acumulação selvagem de capital nas suas diferentes formas.

Como a ação do Estado não se preocupou em conciliar o desenvolvimento econômico e o social, as desigualdades de ponto de partida foram reproduzidas e ampliadas de geração a geração. O resultado acaba por estabelecer uma grande diferenciação entre as classes. E esta diferenciação se espalha no território de maneira desigual, configurando áreas pobres e áreas ricas bem delimitadas.

Neste sentido, a grande e persistente desigualdade social existente hoje em Campinas – e de toda a sua Região Metropolitana – é fruto da articulação entre a sua estrutura social (e a desigualdade que ela espelha), a sua paisagem física, o seu uso econômico e de seu poder de atração de grandes migrações.

¹¹ Dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABPF. Associação Brasileira de Preservação Ferroviária. **Pequena história das ferrovias paulistas**. Disponível em <<http://www.abpfsf.com.br/ferrovias.htm>>. Acesso em agosto de 2014.

ANTUNES, D. J. N.. **Capitalismo e desigualdade**. [Tese de Doutorado]. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2011.

AURELIANO, L.. **No limiar da industrialização**. 2ª edição. (Coleção Teses). Campinas: IE/UNICAMP, 1999 [1ª edição de 1981].

BASSANEZI, M. S. C. B. (Org). **São Paulo do passado**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1998. Citado por SIQUEIRA, C. G. de. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2006). **Textos NEPO**, nº 59. Campinas: Nepo/Unicamp, abril, 2009.

BRUNO, F.; ZIGGIATTI, M. A.; PIMENTA, M. E.. **Vila Bueno: ensaios para a história**. CMU/Unicamp; Arte Escrita, 2007.

CANO, W.. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2ª edição. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

CARDOSO DE MELLO, J. M.. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 10ª edição. (Coleção 30 Anos de Economia – UNICAMP). Campinas: IE/UNICAMP, 1998 [1ª edição de 1982].

CARDOSO, A. M. V.. **Família de cidades: a atividade têxtil em Americana e entorno**. [Dissertação de Mestrado] Campinas: Unicamp/Instituto de Geociências, 2004.

CARVALHO, E.. **Crise urbana e habitação popular em Campinas (1870-1956)**. [Dissertação de Mestrado] Campinas: Unicamp/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1991.

COELHO, R. P. de S.. **Grandes esperanças: a implementação do Sistema Único de Assistência Social na Região Metropolitana de Campinas**. [Tese de Doutorado]. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2013.

COSTA SANTOS, A. da. **Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil**. Disponível em <<http://www.urbanizacao.cnpem.embrapa.br/conteudo/base.html>>. Acesso em agosto de 2014.

ECOVIAJEM TURISMO. **Pedreira**. Disponível em <<http://ecoviagem.uol.com.br/brasil/sao-paulo/pedreira/>>. Acesso em março de 2014.

FONSECA, A. M. M. da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

FURTADO, C.. **Formação Econômica do Brasil**. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro). São Paulo: Publifolha, 2000 [1ª edição de 1959].

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KOGA, D.. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Serviço Social e Sociedade**, nº 72. São Paulo, 2002.

LAPA, J. R. do A.. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

MARX, K.. **O Capital**, livro I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARTINS, J. P. S.. **Campinas século XX: 100 anos de história**. Campinas: Rede Anhanguera de Comunicação, 2000.

RAMOS, F.; KOGA, D.. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Serviço Social e Sociedade**, nº 106. São Paulo, abr./jun, 2011.

RODRIGUES, F.. O plano “Prestes Maia” e a ideologia do planejamento urbano em Campinas: o poder e os limites das ideias de um urbanista. **Urbana** (Dossiê: Os eruditos e a cidade), Vol. 4, nº 4. Campinas: Ciec/Unicamp, março, 2011.

SAQUET, M. A.. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. **Perfil Regional: Região Metropolitana de Campinas**. Mimeo. São Paulo, 2007.

SIQUEIRA, C. G. de. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2006). **Textos NEPO**, nº 59. Campinas: Nepo/Unicamp, abril, 2009.

SOUZA, M. C. de. **A assistência social na prefeitura municipal de Campinas e o diálogo com a saúde**. [Tese de Doutorado]. Campinas: Unicamp/Faculdade de Ciências Médicas, 2005.

TEIXEIRA, P. E.. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Vol. 19, nº 1, jan/jun, 2002.

